



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001402-26.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde**
 Requerente: **Marcelo Tadeu Dubovicki**
 Requerido: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que após ser demitido sem justa causa da empresa TAM Linhas Aéreas S/A aderiu a contrato para manter a sua condição de beneficiário de plano de saúde junto à ré por vinte e quatro meses, na forma dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98.

Alegou ainda que depois de pagar durante meses mensalidade que especificou foi surpreendido com aumento decorrente de novo contrato entre a ré e sua ex-empregadora, com valores diferenciados e exorbitantes.

Almeja à manutenção do plano de saúde nas mesmas condições que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, inclusive no que atina à mensalidade a seu cargo.

Já a ré em contestação sustentou a ausência de qualquer irregularidade no procedimento que encetou e propugnou pela possibilidade da cobrança da mensalidade impugnada pelo autor, tanto que formulou pedido contraposto para que ele fosse condenado ao pagamento das diferenças das mensalidades inadimplidas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não vislumbro *venia maxima concessa* vício a macular as medidas adotadas pela ré.

De início, o intento do autor em manter inalterada a mensalidade que lhe tocava não se cogita porque como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo “ (...) o artigo 31 da Lei 9.656/98 apenas garante o direito de o aposentado ser mantido, nas mesmas condições, no plano de saúde de que dispunha quando estava na ativa, desde que para tanto o valor integral da mensalidade, não lhe conferindo, portanto, qualquer direito ao 'congelamento' das mensalidades (...)” (Apelação nº 1004883-37.2017.8.26.0564, 6ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **RODOLFO PELLIZARI**, j. 22/03/2018).

Poderia em consequência a ré proceder à substituição do contrato de origem, o que na espécie vertente se fez a partir do entendimento com a ex-empregadora do autor para abarcar de maneira paritária tanto os seus trabalhadores ativos quanto os inativos (demitidos e aposentados).

É o que patenteia o documento de fls. 135/136.

Ademais, em diversas oportunidades o Colendo Superior Tribunal de Justiça teve oportunidade de dar guarida à posição da ré, como ela demonstrou na peça de resistência.

Poder-se-ia igualmente acrescentar, dentre tantas manifestações:

"Mantidos a qualidade e o conteúdo de cobertura assistencial do plano de saúde, não há direito adquirido a modelo de custeio, podendo o estipulante e a operadora redesenharem o sistema para evitar o seu colapso (exceção da ruína), desde que não haja onerosidade excessiva ao consumidor ou a discriminação ao idoso." (REsp 1479420/SP, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 11/09/2015).

"Ao aposentado deve ser assegurada a manutenção no plano de saúde coletivo empresarial, com as mesmas condições e qualidade de assistência médica. Entretanto, não há falar em direito adquirido do aposentado ao regime de custeio do plano vigente à época do contrato de trabalho." (REsp 1558456/SP, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 15/9/2016, DJe 22/9/2016).

Nem se diga que os aumentos levados a cabo pela ré seriam abusivos, nada de consistente apontando para essa direção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como se não bastasse, a ré demonstrou concretamente o contrário (fl. 61, segundo parágrafo), tendo o próprio autor reconhecido que a cobertura versada é menos custosa do que a de um plano individual (fl. 181, segundo parágrafo).

Assinalo, por fim, que a possibilidade de tratamento diferenciado a trabalhadores ativos e inativos em situações como a dos autos teve sua validade proclamada e justificada em recente v. acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“Deste modo, particularmente quando há planos de valores diferentes para ativos e inativos, com idêntica cobertura e preços diferentes, deve o aposentado ter o direito de nele permanecer, mas pagando a mensalidade que pagam todos os aposentados. E a razão da diferença de mensalidade é que no plano de inativos é bem maior a probabilidade de uso, aumentando os custos, daí o valor maior que pagam em relação aos da ativa que têm menor probabilidade em virtude da idade variada dos empregados ativos. O equilíbrio do contrato depende de mensalidades que se harmonizem com os respectivos custos, justificando o valor maior para uma carteira de aposentados do que para a carteira dos empregados da ativa que possuem diferentes idades e menor custo, consequentemente.” (Apelação nº 1023811-62.2016.8.26.0405, 4ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MAIA DA CUNHA**, j. 22/03/2018).

Essas orientações aplicam-se com justeza à espécie sob análise, o que conduz, à míngua de comprovação de ilicitude por parte da ré, à rejeição da pretensão deduzida.

Tal solução abarca à evidência a revogação da tutela de urgência concedida a fls. 43/44, item 1, a exemplo da reparação por danos morais.

Reversamente, e pelas mesmas razões, merece acolhimento o pedido contraposto para que o autor seja condenado ao pagamento das diferenças das mensalidades que quitou em face das que deveria fazê-lo.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar o autor a pagar à ré as diferenças das mensalidades que quitou em face das que deveria fazê-lo na esteira dos valores previstos a fls. 135/136, acrescidas de correção monetária, a partir dos respectivos vencimentos das mensalidades, e juros de mora, contados da citação.

Torno sem efeito a decisão de fls. 43/44, item 1.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 24 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**